



FONTE: ASSESSORIA

Osmar Terra

DEPUTADO FEDERAL E EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

“É preciso regulamentar a emenda 29 para que o sistema tenha financiamento mais adequado”

Deputado propõe um pacto, em âmbito mundial, entre governos, setor privado da saúde, sociedade civil e indústria para regular o custo de novos equipamentos e medicamentos

“A saúde é uma fronteira gigantesca. O que fazer diante desse desafio? De um lado, é importante o desenvolvimento tecnológico, que ajuda a detectar e a resolver precocemente os problemas. Ajuda a prolongar a vida. E isso leva a um aparato em termos de medicamentos e equipamentos que cada vez se sofisticam mais e tem um custo importante. Do outro lado, é necessário cobrir as áreas de atendimento básico. É um desafio ter estruturas e equipes em todos os bairros e distritos rurais do País.

Uma boa equipe de saúde da família resolve de 80% a 90% dos problemas em uma determinada localidade, sem precisar deslocar as pessoas. O Brasil avançou nesse atendimento básico, mas no especializado tem filas. Essa demora ocorre porque a remuneração do SUS (Sistema Único de Saúde) não estimula os profissionais a ingressar no Sistema. Existe também um déficit na formação de médicos.

Há um gargalo oriundo de um controle corporativo da formação de especialistas. No geral, as universidades não deixam formar profissionais em número que a população precisa porque estão num modelo muito associado ao complexo industrial. Determinadas especialidades são controladas pelos especialistas daquela área, não pelo interesse da população. Para resolver esse problema, é preciso um pacto social, orientado pelo governo, para elevar o número de especialistas formados, de acordo com as necessidades do Sistema, e que contemple também negociações de valores mínimos por procedimentos.

A carreira no SUS é importante para a qualidade do atendimento. Os profissionais teriam que se dedicar exclusivamente, mas o SUS tem sido apenas um bico quando precisaria ter um ‘exército’ de profissionais dedicados ao trabalho e ganhando bem. Tem que ter um plano de carreira, com melhores salários, que incentive também o profissional a começar pelo interior dos estados. E a boa remuneração tem de ser por meritocracia.

Estimular profissionais para a atenção básica e a formação de especialistas são ações fundamentais. Porém, fazer isso requer um valor maior de recursos do que a saúde pública dispõe hoje. E precisa ter dinheiro também para equipamentos e medicamentos, pois a população tem direito a novas tecnologias, que têm custo elevadíssimo, muitas vezes fora da lógica.

Seria preciso criar uma câmara setorial que reunisse os gestores dos diversos níveis públicos do Sistema, administradores do setor privado da saúde e representantes da sociedade civil, além da indústria, para discutir valores, benefícios de determinadas tecnologias, o que se gasta realmente nas pesquisas e a margem de ganho que as empresas precisam ter para continuar investindo e descobrindo novos produtos.

É preciso estabelecer um pacto, até em âmbito internacional, talvez capitaneado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), para regular essa questão dos custos das novas tecnologias e medicamentos, particularmente dos que não enfrentam a concorrência de mercado. Se isso não acontecer, daqui a pouco todos os recursos vão apenas para a incorporação de tecnologias. Não sobrá dinheiro para mais nada.

A saúde é a maior fronteira social que todo o mundo tem e isso exige gestão e recursos. Hoje, a gestão gradualmente melhora no País. No entanto, os recursos públicos cobrem apenas cerca de 40% das despesas do brasileiro com saúde; 60% são privados. O governo federal responde por 45% do total investido na saúde. Estados e municípios representam os 55% restantes. Mas a União detém 61% de toda a arrecadação.

O financiamento federal precisaria dobrar para algo em torno de R\$ 120 bilhões. No momento, é preciso regulamentar a Emenda Constitucional 29 para que o Sistema tenha financiamento mais adequado. É possível que somente isso não resolva, mas ajudaria muito. A EC 29 tende a elevar progressivamente o financiamento à saúde, à medida que o PIB (Produto Interno Bruto) cresce.”